**UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS EM EVENTOS CIENTÍFICOS DE PEDAGOGIA NORTE-NORDESTE NO ANO DE 2018.**

Ana Beatriz Silva Nascimento

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Federal do Pará-UFPA

anabeatriznascimento45@gmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho trata sobre a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em eventos científicos de Pedagogia que ocorreram no ano de 2018, nos Estados do Norte e Nordeste do País. Diante disto, a pesquisa constitui-se em observação que tem como objetivo analisar como esses eventos científicos de Pedagogia promovem a inclusão de pessoas com deficiência. Visando, especificamente, verificar informações referentes ao olhar inclusivo que temos sobre essas pessoas com deficiência e de como ocorre a inclusão dessas pessoas nesses eventos, buscando relacionar essas informações com a forma como eles percebem a sua própria inclusão. Para a tal pesquisa será utilizada inicialmente análise documental e observações, com fundamentação teórica em Legislações Nacionais e Internacionais especificas sobre a Educação Inclusiva, sites eletrônicos sobre os eventos e em autores que versam sobre a temática em questão como Costa et al (2014), Ferrari; Sekkel, (2007), Heredeiro; Rossi (2011), Martins et al (2013), Mazzotta (2005) e outros.

**Palavras-chaves: Inclusão e Acessibilidade. Pedagogia. Eventos Científicos.**

**INTRODUCÃO**

A Educação Inclusiva no Brasil toma força nos anos 90, a partir de leis, decretos e movimentos internacionais que visam o ingresso e acesso de pessoas com deficiência, sobretudo na educação básica, como direito garantido a todos, pois o processo de inclusão se refere a quaisquer lutas, nos diferentes campos sociais, contra a submissão de pessoas excluídas, e num nível preventivo, refere-se a todo o esforço para evitar que alguém seja excluído, por qualquer motivo que seja, além de avaliar aspectos que constituem barreiras no processo de ensino-aprendizagem, em todos os níveis de ensino, de quem já foi excluído alguma vez (HEREDERO; ROSSI, 2011).

São discussões como “temas relacionados as questões estruturais arquitetônicas na qual a pessoa com deficiência necessita de espaços físicos adaptados ou ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS (COSTA; SOUSA, 2014.), nesses eventos, que vemos muito serem debatidos, com inúmeras propostas de mudanças na melhoria de oportunizar alternativas inclusivas para a nossa formação e para incluir esse alunado. Mas sem se quer nos darmos conta de que é muito além do que isso, é que a inclusão no ensino superior demanda o reconhecimento da acessibilidade como direito a todos dentro da sociedade.

A importância da construção de espaços com a redução de barreiras arquitetônicas e atitudinais exige um reconhecimento maior da diversidade. Até porque a inclusão deve respeitar a pessoa com deficiência para que ela possa ter uma vida digna dentro de qualquer espaço, seja ele escolar ou não-escolar, sobretudo em serviços que atendam suas necessidades básicas específicas a cada um.

A inclusão social como elemento essencial para a igualdade e desenvolvimento da sociedade brasileira, hoje, requer que os educadores permaneçam informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência[[1]](#footnote-1), dividindo espaços, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças.

Nessa perspectiva, a importância da criação ou aperfeiçoamento de tecnologias assistidas, se faz necessária, para proporcionar e ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, e promover qualidade de vida e inclusão social, facilitando as condições de trabalho, o aprendizado e a integração na escola e na sociedade.

Assim sendo, é necessário propor investigações sobre como está ocorrendo a inclusão desses alunos não somente nas Universidades, visto que as legislações que garante a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior são ainda escassas quando comparadas as legislações de inclusão da educação básica, que assegura a todos o direito à educação, não somente ao acesso, mas também a sua permanência na escola, considerando suas especificidades. Mas sim, em eventos acadêmicos de organizações discentes, que viabilizam o processo inclusivo nesses espaços de caráter formado, discursivo e reflexivo.

Em 1996, com o Aviso Circular nº 277 do MEC, que versa sobre o processo de ingresso desse alunado. A LDB 9.394/96, exige que as Instituições de Ensino Superior devam passar por processos de avaliação e regulação para aprovação e reconhecimento dos cursos de graduação. Já com a Portaria nº 1.679/99, que muitas universidades começaram a criar condições de acessibilidade em suas estruturas arquitetônicas, para instruir os processos de autorizações e de reconhecimentos de cursos e de credenciamentos dessas instituições, além da reelaboração dos exames especiais para esse alunado, visto que à educação deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; e deve garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras (LBD, 2015[)](http://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/marcos-legais/lei-brasileira-de-inclusao-lbi/).

É difícil pensar que pessoas são excluídas da sociedade em razão das características físicas que possuem, como cor da pele, altura, peso e formação física. Já nascemos assim, e não somos culpados por termos essas características. Uma vez que, em toda a sociedade brasileira, ainda há pré-conceitos, em que se exige um padrão de "normalidade", por colocarem no mesmo nível valores físicos e intelectuais, fazendo assim discriminação com quem tenha características diferentes.

Diante deste desafio, é que se percebe que a inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo, nos cursos de ensino superior não é fácil e, ela ocorre por vários motivos, envolvendo questões sociais, econômicas e acadêmicas, que permeiam desde o ingresso desses alunos nas universidades até sua reta final, com a conclusão do curso. E que, aspectos como as condições didático-pedagógicas de docentes em seus trabalhos, além e não somente da falta de tecnologia assistidas para o processo de inclusão, de aprendizagem e de respeito, continuam sendo um dos maiores obstáculos promovedores da exclusão e de ensino segregado nas Instituições de Ensino Superior.

A chegada de um estudante com deficiência no ensino superior leva o mesmo a enfrentar uma nova e mais complexa realidade da qual encontrava-se na educação básica, pois fatores como ambientes desestimulantes, pouco receptíveis, com uma ou mais de uma barreira arquitetônica, além e não somente da discriminação que sofrem, a falta de apoio e de informações que garantam sua permanência até a conclusão de seu curso, podem ocasionar negativamente a evasão desses estudantes com deficiência.

Sabemos que diversos são os problemas enfrentados por estudantes com deficiência no seu ingresso ao ensino superior, principalmente em eventos científicos. Entretanto, o caráter inovador desta pesquisa pretende elucidar a ideia de como os estudantes fazem do acesso e da permanência da inclusão de participantes com deficiência nesses eventos, tendo em vista os benefícios na vida acadêmica e possíveis sugestões para as melhorias de inclusão e acessibilidade nos eventos científicos.

Com isso, este estudo tem por objetivo geral analisar como eventos científicos promovem a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Visando, especificamente, verificar informações referentes a inclusão e acesso dessas pessoas nesses eventos e relacionar essas as informações com a forma como eles percebem a sua própria inclusão.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo será de natureza qualitativa a partir de um estudo de caso como elemento de investigação. Os Eventos no ano de 2018 nas regiões Norte-Nordeste do País, foram escolhidos por serem do curso de Pedagogia, que tratam sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Os instrumentos utilizados serão realizados por pesquisa documental sobre a inclusão de participantes com deficiência no campo educacional, com ênfase no ensino superior em eventos científicos, além de observação da interação dos participantes incluídos, entrevista presencial ou a distância com as comissões de acessibilidade, e questionário para as pessoas com deficiências participantes no evento.odos de 2013 a 2016saber quantos alunos desistiram do curso de pedagogia nos per

Assim, buscarei elucidar de forma reflexiva sobre a efetivação da inclusão desses participantes, problematizando a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito social, o acesso e a permanência de futuros participantes em eventos científicos.

**REFERENCIAL TEÓRICO**

A base da inclusão está no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação, levando em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. E é nas instituições de ensino regular que atitudes discriminatórias e de exclusão devem ser combatidas, pois sabemos que o processo de inclusão na escola regular ou nas universidades, não é feita só por Leis e Decretos, mais por uma mudança significativa de pensamento e com medidas práticas e intervenções que impedem o acesso e permanência das pessoas com deficiência no ambiente escolar ou não-escolar.

A Educação Inclusiva no Brasil, só ganhou notoriedade com a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, na Conferência da UNESCO, em 1990, na Tailândia, reafirmando o seu compromisso na Declaração de Salamanca, em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e permanência.

Mas só a partir de 1990, que a Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior começa a emergir com a Portaria nº 1.793/94, que incluiu a disciplina “Aspectos Éticos-Politico-Educacionais da Normatização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas, mas obteve-se pouco impacto.

Já em 1996, as instituições de ensino superior recebem o Aviso Circular nº 277 do MEC/GM, sobre o processo de ingresso desse alunado, mas somente em 1999, com a Portaria MEC nº 1.679/99, que muitas universidades começaram a criar condições de acessibilidade em suas estruturas arquitetônicas, para instruir os processos de autorizações e de reconhecimentos de cursos e de credenciamentos dessas instituições e na reelaboração dos exames especiais para esse alunado.

É notório que o preconceito é um assunto muito abordado no tema Educação Inclusiva e que políticas, informações e orientações ainda não causam grandes mudanças nas atitudes discriminatórias de professores e de alunos sobre essas minorias excluídas, tanto nas escolas de ensino regular quanto no ensino superior. E mesmo com a participação de inúmeros movimentos, declarações internacionais, decretos e portarias a inclusão de pessoas com deficiência continua sendo um desafio nas universidades, públicas e/ou particulares brasileiras, talvez pelo fato de se priorizar e garantir primeiro uma Educação Básica para que se depois pensem em estendê-las aos demais níveis de formação.

No curso de Pedagogia, há eventos científicos específicos de organização dos próprios estudantes, com um número significativo de edições realizados no Encontro Paraense dos Estudades de Pedagogia-EPEPe; Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia-ENEPe; Encontro Norte-Nordeste dos Estudantes de Pedagogia-ENNOEPe e Fórum Internacional de Pedagogia-FIPED, que são articulados e planejados juntos com a Executiva Paraense dos Estudantes de Pedagogia-EXEPEPe, para a escolha da sede que organizará o evento e a possível data do mesmo. Com isso o foco da referida pesquisa está nas coordenações desses eventos estudantis, sobretudo nas comissões de inclusão/acessibilidade.

Sabemos de fato, que a inclusão de alunos com deficiência não é simples devidos os espaços de ensino regulares ainda segregar esse alunado, sobretudo nas formas de acesso de alunos com deficiência à instituição de nível superior, que muitas vezes se dá de forma explícita; os exames de vestibulares ainda são seletivos e excludentes; e as vezes sem nenhum acompanhamento didático-pedagógico nos seus estudos e referidos cursos.

Outro desafio são os ambientes universitários que não oportunizam a autonomia das pessoas com deficiência tornando-se um espaço fardado de exclusão, visto que as infraestruturas das salas de aulas são construídas por influências sócio históricas, culturais e pedagógicas. Outro problema que os alunos com deficiência encontram nas universidades são as faltas de recursos financeiros para adaptações, materiais e pessoas especializadas e capacitadas para adequar a um currículo inclusivo. Principalmente, com a tendência de privatização das universidades e o credo de que esses alunos são incapazes.

Partindo desse princípio, se um espaço não apresenta condições de acessibilidade para que uma única pessoa sequer transite com autonomia nesses espaços, entendemos, que o lugar é deficiente, e não a pessoa com deficiência, que fica impedida de utilizar esse espaço porque lhe falta condições adequadas, sabendo que a acessibilidade consiste em criar condições de mobilidade para que as pessoas com deficiência possam fazer usos de serviços e informações com igualdade.

Essas situações causam, na maioria das vezes, uma série de frustrações como a desistência desses alunos e o sofrimento da família, de amigos e professores que lhe apoiaram na sua caminhada estudantil, almejando seu sucesso escolar. Portanto, a universidade não pode fugir do seu compromisso frente as formas de indiferença e de desigualdades.

Não são apenas questões arquitetônicas e de infraestruturas que impedem a permanência efetiva desses alunos com deficiência no curso de Pedagogia, e principalmente em eventos científicos, mas sem o apoio devido, acaba fortalecendo essa exclusão, até porque não é fácil construir alternativas que visem reverter as injustiças desse alunado. Principalmente em um espaço formativo de professores e, que esses iram trabalhar com pessoas e crianças com deficiência. Mas em sua própria turma de graduação acaba o excluindo, sem percebe, talvez, um colega de classe por ele ter “características diferentes das suas”. Essas atitudes, muitas vezes constrangedoras, vem cada vez mais segregar o que deveria incluir.

A importância de garantir a autonomia de alunos com deficiência, a atual discussão que fazem sobre a Educação Inclusiva, que fez surgir o interesse em conhecer como está ocorrendo a inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior, visto que em muitos casos sobre essa Educação Inclusiva nos remete somente ao aluno surdo ou ao cadeirante.

E sobretudo compreender o que significa a inclusão social no processo de igualdade e de desenvolvimento da sociedade, é a forma que educadores devem buscar para trabalhar a valorização do que realmente é incluir e não integrar. Deste modo, falar da inclusão de pessoas com deficiência em eventos científicos, pretende elucidar a importância que damos como alunos do curso de pedagogia, principalmente, como organizadores de eventos nos quais participam pessoas com deficiência.

Sobre o objeto de estudo, sabemos que no final do Curso de Pedagogia, assim como os demais, é preciso ter uma carga horária de atividades complementares, em que os alunos precisam participar de eventos científicos para sua conclusão. E, muitos por inúmeras questões não conseguem participar desses eventos, ou participam somente para aquele número específico de horas a serem contabilizadas.

Com isso percebi que os alunos com deficiência se queixavam de não participarem efetivamente nesses eventos, por não terem nenhum apoio ou suporte para que os mesmos permanecessem de forma oportuna nas discussões promovidas durante esses eventos, uma vez que, em alguns, não há comissão de inclusão/acessibilidade, ou até mesmo algo especificando no momento de sua inscrição se você possui alguma deficiência, e em sua maioria os amigos a própria família participavam do evento para que os mesmos tivessem um apoio.

“Deste modo, pensar as Instituições de Ensino Superior como um espaço democrático, formador de opiniões e de reprodução de conhecimento, exigirá formas de atuação que visem a plena participação desta população em diferentes esferas da sociedade” (MARTINS, LEITE, SANTANA, FERREIRA, 2013).

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em relação a etapa da pesquisa, que refere-se ao levantamento e a análise documental que orientam a inclusão, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência em eventos científicos, foi realizado o levantamento de informações nos artigos científicos e nas páginas da internet sobre as políticas públicas que orientam a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. Os resultados estão sendo tabulados para posterior análise e discussão.

Quanto à realização da observação das comissões de acessibilidade e participantes durante os eventos científicos de Pedagogia, dividiram-se em duas áreas de interesse: a) um está versando seus estudos para o levantamento dos dados sobre a aplicação dos questionários aos participantes como proposta de investigação; b) o outro tem como foco a realização das entrevistas com as comissões de acessibilidade e análise dos procedimentos que abordem temáticas relacionadas à Educação Inclusiva na formação dessas comissões**.**

Após a definição das áreas de interesse deste trabalho, buscarei fomentar ainda mais os dados coletados dessa pesquisa, afim de que com os resultados desta coleta se consiga alcançar com êxito os objetivos esperados por essa pesquisa.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho está sendo desenvolvido ao longo do ano de 2018 e 2019 conforme as pesquisas e entrevistas que serão organizadas e analisadas, para que posteriormente sejam discutidas, visando sobretudo levantar a inserção da comissão de acessibilidade nos referidos eventos científicos, abordando a importância sobre os Fundamentos da Educação Inclusiva; a autonomia para as pessoas com deficiência antres, durante e depois do evento, pretendendo assim melhorar a qualidade de vida para os participantes. No entanto, está se tratar de uma pesquisa ainda em andamento com a finalidade de integralização de Curso - Trabalho de Conclusão de Curso.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providencias.

\_\_\_\_\_\_. Aviso Circular nº 277/MEC/MG, de 8 de maios de 1996. Brasília, 1996. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 13. 146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

\_\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

COSTA, Marisa Fernanda Leão; SOUZA, Christiane Thatiana Ramos de. **Acessibilidade e Inclusão de Cadeirantes na Universidade Federal do Pará.** Belém, 2014.

Declaração de Salamanca. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e permanência.** 1994.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire**. Educação Inclusiva no Ensino Superior: um novo desafio**. Psicologia Ciência e Profissão, 2007, 27 (4), 636-647.

HEREDEIRO, Eladio Sebastian; ROSSI, Célia Regina. **CAMINHOS DA INCLUSÃO PERCORRIDOS PELO BRASIL.** Rio Claro –SP, 2011.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; SANTANA, Ana Paula Oliveira & FERREIRA, Eliana Lúcia. **Acessibilidade No Ensino Superior:** Análise das Políticas Públicas Educacionais ao Desenvolvimento de Mídias Instrumentais Sobre Deficiência e Inclusão - Projeto N. 8224 - Edital N. 49/2012 – Apoio - OBEDUC/Capes. 2013.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e política públicas** – 5.ed.-São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO**. Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.** Tailândia, 1990.

1. De acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 9), pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [↑](#footnote-ref-1)